Decreto n° 18.147 de 30 de novembro de 1999

Regulamenta os procedimentos a serem adotados para verificação das condições dos passeios por ocasião da licença, aceitação ou habite-se das obras de edificações.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o constante do processo administrativo n° 01/005.158/99,

D E C R E T A:

Art. 1° - Para aprovação de projetos de construção e modificação deverão ser indicados na planta de situação e cortes apresentados:

I - alinhamento de acordo com o Projeto Aprovado de Alinhamento P.A.A. - em vigor para o local;

II - representação do passeio e das edificações existentes nos terrenos lindeiros;

III - níveis, dimensões e declividade do passeio;

IV - arborização, hidrantes, bocas de lobo, postes e outros elementos de infra-estrutura e mobiliário urbano porventura existentes na área de passeio.

Art. 2° - Em logradouros não dotados de passeios e cuja largura não seja descrita no Projeto de Alinhamento, sua dimensão será definida pela Coordenadoria de Projetos Urbanos da Secretaria Municipal de Urbanismo.

Art. 3° - A declividade do passeio deve ser, no máximo, de 2% (dois por cento), do alinhamento para o meio-fio, permitidas declividades superiores em casos especiais, devido às condições topográficas, ouvida a Coordenadoria de Projetos Urbanos da Secretaria Municipal de Urbanismo.

Art. 4° - Nos imóveis situados em esquinas de logradouros deverão ser previstas, nos passeios, rampas para paraplégicos, conforme modelo constante do Anexo I.

Art. 5° - O atendimento às condições deste Decreto deverá ser verificado para a concessão da licença e da aceitação ou habite-se das edificações.

Art. 6° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução SMU n° 37, de 26 de agosto de 1994.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1999 - 435° de Fundação da Cidade

LUIZ PAULO FERNANDEZ CONDE

DO RIO de 01/12/99

ANEXO I

MODELOS DE RAMPA DE ACESSO UNIVERSAL

OBSERVAÇÕES:

1 - NAS CALÇADAS ONDE NÃO FOR POSSÍVEL MANTER FAIXA DE CIRCULAÇÃO PLANA, CONTIGUA À RAMPA, MAIOR OU IGUAL A 80cm, DEVERÁ SER ADOTADO O MODELO N° 2.

2 - NOS CASOS ONDE FOR NECESSÁRIO O REBAIXAMENTO DE TODA A CALÇADA (MODELO N.º 02), DEVERÃO SER CONSIDERADAS AS INTERFERÊNCIAS COM OS ACESSOS AOS IMÓVEIS DO TRECHO.

3 - AS SITUAÇÕES NÃO ENQUADRADAS NOS MODELOS ESTABELECIDOS DEVERÃO SER ANALISADAS CASO A CASO E SUBMETIDAS À SPR/SMU.

4 - RECOMENDA-SE RIGOR MÁXIMO NA EXECUÇÃO DO ARREMATE DO MEIO-FIO.

5 - O ENCONTRO DE MATERIAIS DIFERENTES TORNA-SE UM PONTO VULNERÁVEL À QUEBRA E AO ACÚMULO DE ÁGUAS. POR ISTO, HÁ A NECESSIDADE DE INSERÇÃO DO MEIO-FIO, QUE FUNCIONA (COM O RESSALTO MÁXIMO, SUFICIENTE, DE 0015M) COMO CORDÃO DE ACABAMENTO.

6 - RECOMENDA-SE O REVESTIMENTO DAS RAMPAS EM MATERIAL ANTI-DERRAPANTE.

7 - TODAS AS COTAS ESTÃO EM METRO.